



1 **Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Gestor de Educação**
2 **Ambiental de São Carlos.** Aos quatro dias do mês de agosto, de dois mil e vinte e
3 dois, a partir das dez horas, reuniram-se virtualmente no endereço
4 meet.google.com/kwz-iquh-oet, os seguintes conselheiros: Anna Paula Luzia
5 (Titular)/SMMACTI, Elen Regina Pilegi Neves (Suplente)/ SMMACTI, Isabela Pelatti
6 (Titular)/SME, Mariano Maudet Bergel (Titular)/SIMA, Sílvia Aparecida Martins dos
7 Santos (Titular) USP, Liane Biehl Printes (Suplente)/ /UFSCar, Flávia Torreão Thiemann
8 (Titular)/APASC, Daniela Baptista (Titular)/Veracidade, Lucas Augusto dos Reis Beco
9 (Titular)/Veredas,

10 Faltas justificadas: Eliana de Cassia Generoso Aiello (Titular)/SAAE, Carlos dos Santos
11 (Suplente)/SAAE, Adriana Cristina David Pazian (Suplente)/ DRE

12 O Coordenador Mariano iniciou a reunião abrindo o ponto de pauta sobre a aprovação
13 das Atas das 6ª e 7ª Reuniões Extraordinárias e das Atas 19ª e 20ª Reuniões
14 Ordinárias, sem manifestações contrárias, as Atas foram aprovadas. A conselheira
15 Anna Paula sugeriu de encaminhar e-mails individuais com os links para a assinatura
16 das atas de acordo com os presentes em cada reunião. O coordenador Mariano voltou
17 ao primeiro ponto de pauta sobre os informes e comunicou que a defesa civil esteve no
18 prédio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, localizado no bairro Cidade Jardim,
19 realizando a reativação dos pluviômetros, são oito pluviômetros no total. Essas ações
20 estão relacionadas com as operações do Programa Corta-fogo e uma ação da
21 Promotoria de São Carlos relacionada com o fogo no município de São Carlos, de
22 forma a melhorar a qualidade dos dados. O coordenador também chamou a atenção
23 para os representantes que estão com muitas ausências no Conselho, pois a função do
24 conselho é expandir as questões e quando uma instituição não comparece, acaba
25 prejudicando o bom andamento do Conselho. Em seguida, passou a palavra para a
26 conselheira Anna Paula a qual informou as instituições que estão com mais faltas,
27 citando a SAPESC e Diretoria de Ensino. A conselheira Flávia sugeriu elaborar uma
28 mensagem para as instituições que estão com muitas ausências, explicando que já são
29 indicadas duas pessoas para o caso de o titular não conseguir comparecer tem o
30 suplente para dar esse suporte. Se caso não for possível continuar o mesmo
31 representante, indicar as substituições. A conselheira Flávia também comentou que
32 agora tem um Educador Ambiental, Luiz Capra, do Parque Ecológico que trabalha com
33 a parte de Educação Ambiental. O Conselheiro Mariano comentou que não daria certo
34 essa troca, pois o Luiz é do Parque Ecológico não é da SAPESC, entrando desse modo
35 como representante da Prefeitura e não como representante da sociedade civil. O
36 coordenador também comentou que sente falta de um representante dos bombeiros
37 como representante do órgão estadual, pois tem a sua suplente, no entanto, como ele
38 está quase sempre presente e ela acaba não participando muito. A conselheira Anna
39 Paula comentou que no sentido de representação de instituição estadual, os bombeiros
40 teriam a agregar nas discussões do conselho, porém no sentido de quantidade de
41 cadeiras o coordenador já está representando. A questão é quando nenhum dos dois
42 representantes comparecem. O coordenador Mariano sugeriu elaborar o comunicado



43 via ofício para as instituições, dessa forma ficará registrado e perguntou se todos
44 concordam. Após uma discussão entre os conselheiros sobre a importância das
45 instituições representantes no conselho e a questão da quantidade de cadeiras para a
46 inclusão dos bombeiros, o coordenador Mariano achou relevante explicar que as vagas
47 do conselho foram determinadas por decreto municipal e tem o princípio da paridade de
48 representação dos órgãos públicos e sociedade civil de 50%. Dessa forma, são duas
49 vagas para os órgãos estaduais, uma cadeira para a Diretoria Regional de Ensino e
50 outra cadeira para os órgãos estaduais de meio ambiente atuantes no município e em
51 uma discussão anterior ficou decidido que a cadeira dos órgãos estaduais seria dividido
52 entre a Secretaria Estadual de meio Ambiente e os bombeiros, porém, um dos órgãos
53 precisava abrir mão da representação. É a mesma situação das universidades, na qual
54 se divide a representatividade entre UFSCar e USP. Para mudar essa configuração é
55 necessário um novo decreto para ampliar essa representação e obrigatoriamente
56 aumentando as vagas de representação dos órgãos públicos, precisa também
57 aumentar as vagas para a sociedade civil, sendo até um processo natural de o
58 Conselho ampliar a oferta de vagas, mas é necessário um amadurecimento sobre a
59 questão da ampliação. A conselheira Flávia comentou que foi um problema conseguir
60 representantes da sociedade civil para preencher as vagas dessa categoria e a sua
61 preocupação é quando precisa ser votado algum tema. O coordenador complementou
62 com o conceito do conselho que tem a função de quanto maior a representatividade,
63 melhor vão ser as discussões e que por mais tenha uma dificuldade em reformular é um
64 desafio para o conselho tentar uma maior participação. Todos os conselheiros
65 concordaram com o encaminhamento de elaborar os ofícios para as instituições
66 ausentes. Em seguida, o coordenador passou para o ponto de pauta de avaliação do
67 Encontro EA. Lembrando que o evento foi uma forma de retomar os encontros de
68 Educação Ambiental, e aumentar o diagnóstico das ações ambientais promovidas no
69 município no sentido de olhar e divulgar o ProMEA. Na sua visão o evento foi bem legal
70 e a participação do SESC foi muito bacana. Ele comentou que poderia ser feito um
71 agradecimento ao SESC e que só foi possível a realização desse evento devido ao
72 envolvimento e articulação da comissão. O Coordenador também comentou que não
73 observou nenhum ponto negativo ou falhas e que na condição de pós-pandemia e após
74 10 anos sem encontro de EA, foi um evento muito bom, mesmo com a pouca
75 participação do pessoal da educação, os objetivos estipulados foram cumpridos.
76 A conselheira Flávia concordou que o evento foi bom e atingiu o objetivo principal de
77 retomada dos Encontros de Educação Ambiental, apesar de a expectativa de
78 participação na Plenária ter sido menor do que o esperado. A impressão que ela teve é
79 que teria mais participantes na plenária levando em consideração o número de
80 inscrições, mas que essa expectativa não foi atingida, provavelmente, porque quem se
81 inscreveu para apresentar trabalho se inscreveu também na plenária, mas acabou não
82 comparecendo. Em relação à quantidade de trabalhos inscritos, foram apresentados 27
83 trabalhos e a qualidade das discussões na plenária foi boa, o objetivo de retomar os
84 encontros de Educação Ambiental foi cumprido. Em relação ao objetivo de dar
85 publicidade ao ProMEA e fazer com que as ações de Educação Ambiental dialoguem
86 com o ProMEA é uma tarefa para o resto da vida, na qual cada pessoa nas suas



87 funções e atribuições precisam se engajar no seu âmbito institucional. O coordenador
88 Mariano concordou que a participação na plenária foi menor do que o esperado, pois se
89 tinha estrutura e condições de receber mais participantes, porém ele contabilizou por
90 volta de 50 participantes. Em relação ao objetivo de capilarizar o ProMEA, na sua visão,
91 o evento não tinha esse objetivo e sim de ampliar o diagnóstico dos tipos de projetos
92 que o município vem desenvolvendo, e foi possível observar que tem mais ações de um
93 tipo do que de outros dependendo da dificuldade do tema como, por exemplo, captação
94 de recursos. O Coordenador também se manifestou que cabe ao conselho além
95 estimular a capilarização do ProMEA, pensar em formas de como aumentar esse
96 envolvimento com um conjunto de metas e temas prioritários, de forma a criar
97 estratégias que conversem com o que já está previsto no Programa. O conselheiro
98 Lucas concordou que o objetivo de retomada dos encontros de EA foi atingido e que a
99 palestra do Marcos Sorrentino veio para agregar e para quem ouviu ele pela primeira
100 vez foi significativo. No entanto, em relação ao objetivo de retomada dos encontros de
101 EA, o papel do conselho agora é fazer com que esses encontros sejam anuais e que
102 seria importante fazer com que a comissão de organização do evento incluía desde o
103 começo não somente os participantes do CGEA, mas também incluir as escolas e
104 outras instituições de forma a incentivar o planejamento de suas atividades em
105 conformidade com o ProMEA. A conselheira Liane concordou que o evento cumpriu
106 com seus objetivos e que ficou o desafio para o planejamento dos próximos encontros
107 de trazer maior participação das escolas e sociedade civil. Outra sugestão é centralizar
108 o evento, trazendo algumas atividades para o centro da cidade ou nas escolas de forma
109 a facilitar e incentivar o acesso pela população. A conselheira Sílvia concordou com as
110 exposições dos conselheiros, mas ela discordou que o local foi de difícil acesso e tenha
111 impactado na participação, afinal o público alvo eram professores. A sugestão da
112 conselheira Sílvia é de investir na divulgação do evento desde o início do ano,
113 envolvendo a Diretoria de Ensino e a Secretaria de Educação desde o planejamento, de
114 forma a incentivar e dar tempo das escolas se prepararem para o evento, além de
115 pensar formas de incluir as escolas particulares nesse planejamento. A Conselheira
116 também comentou que outro ponto a ser observado é a questão do retorno das
117 atividades presenciais devido a pandemia. A conselheira Flávia concordou com o
118 exposto pelos conselheiros e que o ideal seria que o evento ocorresse anualmente,
119 assim iniciaria o planejamento em um ano e no seguinte as escolas já teriam a previsão
120 de quando ocorreria o evento. A conselheira só discordou de manter todos os anos o
121 evento no SESC, apesar do SESC ter uma boa estrutura, trabalhar com o SESC
122 adiciona uma camada imensa de trabalho devido a burocracia, pois tudo deve passar
123 por eles como, por exemplo, as artes para divulgação, dificultando o bom andamento do
124 planejamento e implementação do evento. Além de buscar palestrantes locais para
125 facilitar a participação no evento.

126 A conselheira Daniela concordou com a avaliação dos conselheiros e reforçou que além
127 da questão da retomada dos encontros EA depois de 10 anos, teve a questão também
128 da pandemia e o movimento de retomada das atividades presenciais, inclusive teve
129 participante solicitando o link do evento achando que era de forma online. Em relação
130 ao SESC, realmente o apoio deles facilita na montagem do evento, porém tem toda a



131 articulação anterior aos dias do evento e que dificulta o bom andamento dos trabalhos
132 da comissão. A conselheira comentou que achou legal dois pontos que ocorreram no
133 evento deste ano. O primeiro ponto é em relação às oficinas ofertadas que deram uma
134 maior visibilidade ao evento e trouxe a participação de outros públicos como, por
135 exemplo, a oficina das abelhas que os participantes acharam legal a temática e
136 participando da oficina acabaram entendendo um pouco sobre o objetivo do evento. O
137 segundo ponto é que este ano foi possível organizar os documentos que estavam
138 dispersos sobre o planejamento e organização dos encontros anteriores, facilitando o
139 caminho para as próximas comissões. A conselheira Flávia falou que o CGEA é
140 responsável por organizar os encontros de educação ambiental no município e faz parte
141 do Regimento Interno do CGEA. O coordenador Mariano corrigiu que o CGEA prevê a
142 promoção de eventos, não exatamente o encontro EA. O que aconteceu é que juntou a
143 retomada dos encontros EA com a necessidade de promover eventos com essa
144 temática de forma a potencializar as iniciativas. Sobre a questão do SESC, ele diz que
145 entende a questão da burocracia, mas que ele vê vantagens nessa parceria como o
146 apoio na divulgação e a infraestrutura, além de que se realmente o evento ocorrer
147 anualmente facilita essa articulação, pois o evento já estaria previsto e entraria
148 anualmente na programação. No entanto, é legal também mudar o local do evento para
149 conhecer outras instituições e espaços, mas essa questão ainda precisa de
150 amadurecimento. O coordenador comentou também que para ampliar a participação
151 poderia ser feito uma parte online, porém a conselheira Flávia falou que este ano não
152 havia essa possibilidade com o SESC. A conselheira Silvia comentou que outro
153 problema deste evento foi a falta de espaço para se realizar as oficinas, pois o SESC
154 estava em reforma além deles terem a própria programação. A conselheira Flávia
155 complementou que mesmo sem a reforma não havia muito espaço no SESC para se
156 realizar as oficinas. A conselheira Silvia comentou que mesmo o CDCC tem limitação
157 de espaço, o auditório comporta de 100 a 114 lugares no máximo. Em eventos
158 anteriores, o CDCC já conseguiu comportar 60 trabalhos e teria espaço para comportar
159 umas 5 oficinas. A conselheira Liane complementou que a ideia era de ocorrer as
160 oficinas em outros espaços diferentes do SESC, porém não houve tempo hábil para
161 fazer essa articulação. A conselheira Flávia complementou que nos encontros
162 anteriores, os encontros migravam de lugares como, por exemplo, no CDCC, na
163 UFSCar, no SESC, no Bicão e no galpão da prefeitura perto do CDHU.
164 O coordenador Mariano concordou que gosta dessa itinerância de locais porque é uma
165 forma de ir mostrando a cidade e trazer parcerias. Porém, essa itinerância também
166 pode gerar maior trabalho, pois cada parceiro trabalha de um jeito. O coordenador
167 perguntou qual a opinião do conselho em relação a fazer partes do evento de forma
168 online e que na opinião dele é uma forma de dar maior visibilidade para o evento e
169 agregar com a participação de pessoas de fora do município, além de possibilitar a
170 participação de pessoas que não iriam ao evento de forma presencial. A conselheira
171 Flávia se manifestou a favor dos encontros ocorrerem no formato presencial, pois o
172 marco do evento é a interação nas apresentações de trabalho, mais do que as
173 palestras. O conselheiro Lucas falou que fazer de forma híbrida é mais difícil de
174 articular, mas que é uma possibilidade que ganhou visibilidade com a pandemia e seria



175 uma forma de aumentar a participação no evento. Em seguida, o coordenador Mariano
176 passou para o próximo ponto de pauta, Sugestões GEPEA. A conselheira Liane falou
177 que houve uma reunião do GEPEA para dialogar sobre o ProMEA e o prof Amadeu
178 achou que ainda seria possível trazer contribuições para o programa. A conselheira
179 falou que explicou ao grupo que houve a revisão do ProMEA dentro do CGEA com a
180 representação de várias instituições e quando estava ocorrendo essa revisão, as
181 reuniões do GEPEA estavam suspensas devido a pandemia e somente depois de um
182 tempo que as reuniões foram retomadas no formato online. Dessa forma, foi realizado
183 um encontro só para dialogar sobre o programa e o professor fez uma leitura crítica do
184 conteúdo do programa e trouxe várias sugestões. Durante esse movimento de diálogo
185 surgiram novas sugestões e a conselheira trouxe um relato com as contribuições.
186 Como a revisão foi realizada recentemente, a conselheira gostaria de saber a opinião
187 do conselho e qual o encaminhamento quanto a essa demanda.
188 A conselheira Flávia falou que além do fato do programa ter sido revisado
189 recentemente, o segundo ponto é que se for abrir o programa para revisão é necessário
190 fazer a abertura de um processo oficial, dando oportunidade das várias instituições se
191 manifestarem, pois não podem ser aceitas as sugestões de um único grupo. A
192 conselheira Sílvia perguntou se tem algum aspecto grave quanto às contribuições, pois
193 se tem algum ponto que compromete os objetivos atuais seria o caso de ser discutido
194 sobre o assunto. A conselheira Liane falou que não tem nada que comprometa, mas
195 foram contribuições que fortaleceriam o programa. Tiveram algumas coisas sobre a
196 gramática do texto como, por exemplo, erros de concordância que passaram e algumas
197 palavras que melhorariam o entendimento como, por exemplo, quando se fala da
198 educação ambiental acrescentar a palavra crítica de forma a direcionar e deixar claro
199 alguns pontos. A conselheira Liane sugeriu que se não fosse agora poderia deixar
200 previsto uma revisão e até para poder dar um retorno ao GEPEA. Se o conselho achar
201 melhor, ela poderia compartilhar o relato que inclusive tem o link da gravação da
202 reunião que ocorreram as discussões. A conselheira Sílvia comentou que seria
203 importante abordar pelo menos esse documento de forma a receber as sugestões e
204 conversar sobre elas em um momento oportuno. Assim, se houverem outras
205 contribuições, seria interessante estar documentado para poder ser resgatado na
206 próxima revisão. A conselheira Flávia falou que realmente eles tinham essa ideia de
207 que após a revisão do programa pelo conselho, o ProMEA precisa ser repassado para
208 as escolas e as outras instituições interessadas como, por exemplo, a APASC, e deixar
209 um tempo aberto de aproximadamente 6 meses para receber essas contribuições. Ao
210 final desse período poderia marcar uma nova reunião para avaliar as sugestões dentro
211 do conselho. A revisão só não pode acontecer de forma fragmentada e tem que ser um
212 processo oficial de reconhecimento do ProMEA e contribuições. O coordenador
213 Mariano ampliou a fala da conselheira Flávia no sentido de que o CGEA foi criado a
214 pouco tempo em comparação a criação do ProMEA que foi estabelecido a mais de 10
215 anos. Dessa forma, a revisão do programa dentro do conselho foi em caráter
216 emergencial como uma forma de retomar as ações, pois havia termos e itens que já
217 não faziam mais sentido desde a sua criação. Dessa forma, a revisão ocorreu dentro do
218 CGEA considerando a diversidade de instituições que o compõem e não foi possível



219 abrir naquele momento para a sociedade como um todo por causa do tempo limitado
220 para sair uma revisão em 2021. Foi criada uma metodologia, foi realizado um
221 diagnóstico e uma revisão do conteúdo anterior e com base nessas informações foi
222 feita a atualização do programa. Além de que está dentro das atribuições do CGEA
223 prever a revisão com frequência, porém não é possível fazer essa revisão de forma
224 anual porque demanda uma quantidade de trabalho e é necessário abrir um processo
225 oficial que demanda um período de tempo maior. O coordenador retomou a fala do
226 Marcos Sorrentino no sentido de procurar outros atores e instituições que não chegam
227 de forma espontânea no conselho para contribuir com o assunto. Assim sendo, essa
228 primeira revisão foi realmente para retomar o programa no município e que as
229 contribuições que forem chegando devem ser guardadas no drive do conselho, assim
230 quando abrir novamente para discussão, esse material pode ser resgatado. Nesse
231 sentido, pode ser dado um retorno para o GEPEA no sentido de que o conselho
232 recebeu e acolheu as contribuições, porém, no momento, não é possível abrir um novo
233 processo de revisão, pois é uma demanda que necessita de um processo oficial, o qual
234 deve passar pelo COMDEMA, ser publicado em Diário Oficial de forma a fazer as
235 alterações no âmbito da revisão. O conselho também está se estruturando, criou o
236 estatuto, realizou a revisão do programa, organizou o evento para a retomada e agora o
237 conselho precisa ganhar corpo para continuar agindo nessa direção e a revisão do
238 ProMEA é contínua. A conselheira Liane concordou com as exposições e sugeriu de
239 deixar como encaminhamento uma próxima revisão para daqui um ano, deixar aberto
240 por um período de 6 meses e pode ser criado um formulário para acolher as sugestões.
241 Depois desse movimento, poderia ser determinada uma frequência de revisão do
242 programa como, por exemplo, a cada dois anos.
243 O coordenador Mariano concordou com a sugestão de já prever a revisão e ligando
244 com a próxima pauta, sugeriu de já deixar como uma meta a revisão do programa a
245 cada dois anos ou a cada gestão, por exemplo, e talvez até já relacionar o ProMEA com
246 o encontro de educação ambiental, no qual o CGEA pode trazer uma palestra ou oficina
247 sobre o programa de forma a criar um caminho dinâmico para coletar sugestões e
248 propostas durante o evento. O conselheiro Lucas perguntou se existe um parâmetro
249 para a revisão no regimento, pois na opinião dele, uma revisão anual seria muito,
250 porém, uma revisão por gestão faria mais sentido. Ele sugeriu da revisão ocorrer, por
251 exemplo, ao final de cada gestão após ter indicadores das ações realizadas.
252 Respondendo à pergunta do conselheiro Lucas, a conselheira Anna Paula comentou
253 que não encontrou nenhum item no estatuto prevendo um prazo para a revisão do
254 Programa. Ela complementou também que ainda não obteve retorno do Programa
255 Município Verde Azul (PMVA), mas que ela já trouxe para o conselho a necessidade do
256 município ter um Programa Municipal de Educação Ambiental instituído por Lei
257 Regulamentada e assim, se fosse realizar a revisão, poderia ser aberto esse período de
258 coleta de sugestões ainda em 2022 e no próximo ano a republicação do programa já
259 poderia ser no formato de Lei e perguntou a opinião do conselho. A conselheira Flávia
260 complementou que o ProMEA já está estabelecido em uma lei que é a Política
261 Municipal de Educação Ambiental. Nesse sentido o ProMEA não precisaria estar na lei
262 e ser referenciado por meio de decreto para não ter que atualizar a lei cada vez que o



263 programa for revisado, mas precisa ser verificado com o jurídico se a Política Municipal
264 de Educação Ambiental já contempla essa necessidade do PMVA. O coordenador
265 Mariano concordou com a fala anterior e acrescentou que realmente a lei que criou a
266 Política municipal de EA foi regulamentada depois pelo decreto que é atualizado. Dessa
267 forma, a sugestão dele é que seja encaminhada a Lei da Política Municipal de EA
268 juntamente com o decreto e deixar os técnicos do PMVA avaliar se é válido ou não. No
269 entanto, o PMVA pede que essa lei seja acompanhada de metas e cronograma e
270 realmente esses itens ainda não foram determinados, foi até por esse motivo que
271 entrou como pauta. Nesse sentido, ficou essa pendência para o conselho adequar.
272 Assim, a sugestão do coordenador é de deixar as duas metas já estabelecidas do
273 conselho promover anualmente o encontro EA e a revisão do programa por gestão, e
274 para nortear as ações do conselho, poderia estabelecer o cronograma de forma a
275 orientar as ações do conselho e que ele acha que poderia ser feito isso até o final da
276 atual gestão. O coordenador Mariano falou que não encontrou nada no programa ou no
277 estatuto outras ações ou obrigações que o conselho tem que poderiam se tornar metas.
278 Se não houver outras metas, podem-se iniciar com essas duas metas citadas com um
279 cronograma anual. A conselheira Flávia perguntou se é uma obrigatoriedade fazer as
280 metas neste ano. O coordenador explicou que tem um documento que diz que é
281 responsabilidade do conselho estabelecer um cronograma com metas para o
282 Programa. Essa demanda foi reforçada pela conselheira Anna Paula, pois o Programa
283 Município Verde Azul solicita a criação de uma Lei Municipal de Educação Ambiental
284 com cronograma e metas. Assim, seria uma forma de alinhar a necessidade de
285 atualizar o decreto, incluindo o cronograma com as metas na Política Municipal de EA.
286 Assim, o coordenador abriu para discussão sugestões de metas para o ProMEA. A
287 conselheira Anna Paula fez uma sugestão, porém não é uma obrigatoriedade do
288 conselho em fazer, mas que existe uma demanda no município que o conselho poderia
289 ajudar. Ela explicou que um problema do município é em relação ao fogo, durante o
290 ano, ela participou de reuniões com a promotoria e eles sempre chamam a participação
291 do CGEA, porém não ficou claro qual seria a contribuição por parte do conselho. Dessa
292 forma, o conselho poderia fazer alguma ação relacionada a esse tema ou outros temas.
293 Nesse sentido, seria como uma pro atividade do conselho de forma a auxiliar nessas
294 áreas. A conselheira Liane falou que a Conselheira Flávia disponibilizou no chat as
295 atribuições do conselho e na sua visão as atribuições estão dentro da proposta da
296 conselheira Anna Paula. Poderia ser feito um levantamento de temas prioritários a
297 serem abordados de forma a orientar os trabalhos a serem desenvolvidos e depois
298 poderia apresentar os projetos desenvolvidos no encontro EA. E nesse sentido, em
299 conjunto com o COMDEMA, poderia ser elaborado um edital para poder utilizar o
300 recurso do Fundo Verde de forma a viabilizar o desenvolvimento de projetos, alinhado
301 ao que o CGEA entende como importante para a cidade naquele período. A conselheira
302 Flávia sinalizou a importância de esclarecer se os eventos seriam bienal, ou seja, um
303 evento a cada dois anos ou se é bianual, duas vezes por ano. Se for bianual, conforme
304 está no regimento e for duas vezes no ano, será necessário elaborar coletivamente um
305 plano bianual de metas para a Educação Ambiental no município. Na sua visão o
306 evento seria bienal. Dessa forma, talvez seja necessário rever o regimento e republicar.



307 A conselheira Liane concordou no sentido de ser bienal e o coordenador também. O
308 coordenador falou que levando em consideração as falas da Liane e Anna poderia ir de
309 encontro com a ideia de o conselho promover alguns temas e, nesse sentido, uma das
310 metas poderia ser que a cada gestão do conselho seja priorizado alguns temas e
311 depois seja divulgado. Precisaria pensar como seria feita essa promoção e que ele
312 gostou da ideia de ser via edital com apoio do Fundo Verde e CGEA. Essa priorização
313 pode vir do diagnóstico do evento EA com o acompanhamento dos temas mais
314 trabalhados e os déficits que precisam ser reforçados. A conselheira Daniela falou que
315 no sentido de organizar essa priorização, seria necessário estabelecer algum esquema
316 de pré-requisitos para se eleger esses temas de forma a se ter parâmetros para a
317 escolha. O coordenador Mariano concordou a necessidade de se definir um método,
318 mas que não precisa ser nada muito burocrático. O coordenador falou de encerrar os
319 debates sobre os temas e aproveitar os últimos minutos para organizar as pautas da
320 próxima reunião, que ocorrerá em 06/10/2022. Nesse sentido, poderia ser retomada
321 como ponto de pauta a questão da criação da comissão permanente e a conselheira
322 Flávia deu a ideia de fazer um chamado para montar a comissão, o coordenador disse
323 que acha importante sempre ter participações com o pessoal do conselho de forma a se
324 ter um núcleo mais deliberativo e outro consultivo e perguntou se alguém tem algum
325 outro ponto de pauta e a conselheira Flávia perguntou sobre a questão de abrir o
326 processo de revisão do ProMEA a partir de agora e encerrando em outubro. O
327 coordenador falou que o conselho não teria condições de abrir imediatamente o
328 processo de revisão e que a próxima reunião poderia ser estruturada essa revisão,
329 abrindo de outubro até o final do ano ou até o começo do próximo ano e a necessidade
330 maior é de continuar a estruturação do conselho. A conselheira Flávia falou que seria
331 interessante fazer essa revisão dentro desta gestão que finaliza em abril de 2023. A
332 conselheira Liane deu a ideia de abrir um formulário para receber as sugestões por um
333 período de 3 meses de forma a não interferir nas outras atividades. A conselheira Flávia
334 concordou com o período e complementou de serem discutidos os resultados em
335 fevereiro, antes de finalizar o mandato desta gestão. O coordenador falou para
336 organizar melhor esse processo, que poderia ser feito em dois momentos: primeiro abrir
337 um ofício do CGEA para todas as instituições das quais os conselhos representam e
338 depois abrir para o público externo. E fica para lição de casa a questão da revisão do
339 regimento interno e quantidades de vagas, além de rever a questão das reuniões
340 continuarem virtuais ou se passam a ser presenciais. O coordenador finalizou a reunião
341 agradecendo a participação de todos.

342 **LISTA DE CONSELHEIROS DO CGEA (Decreto nº206 de 26/04/2021)**

Conselheiro(a)	(Cargo) - Representatividade	Presença	Assinatura
Anna Paula Luzia	(Titular) SMMACTI	Presente	
Elen Regina Pilegi Neves	(Suplente) SMMACTI	Presente	
Isabela Pelatti	(Titular) SME	Presente	
Patricia Cristina Miron	(Suplente) SME	Ausente	



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência,
Tecnologia e Inovação

CGEA-SP

Conselho Gestor de Educação
Ambiental do Município de São Carlos



Carneiro			
Eliana de Cassia Generoso Aiello	(Titular) SAAE	Ausente	
Carlos dos Santos	(Suplente) SAAE	Ausente	
Mariano Maudet Bergel	(Titular) SIMA	Presente	
Jéssica Roberta Carvalho Mutinelli	(Suplente) PMESP	Ausente	
Ana Paula Boreli Matsumoto	(Titular) DRE	Ausente	
Adriana Cristina David Pazian	(Suplente) DRE	Ausente	
Silvia Aparecida Martins dos Santos	(Titular) USP	Presente	
Liane Biehl Printes	(Suplente) UFSCar	Presente	
Flávia Torreão Thiemann	(Titular) APASC	Presente	
Ariane Di Tullio	(Suplente) APASC	Ausente	
Fernando Siqueira Magnani	(Titular) SAPESC	Ausente	
Samanta Campos da Silva	(Suplente) SAPESC	Ausente	
Daniela Baptista	(Titular) VERACIDADE	Presente	
Joana Ortega de Lima Amorim	(Suplente) VERACIDADE	Ausente	
Lucas Augusto dos Reis Beco	(Titular) VEREDAS	Presente	
Ana Laura Briza Junqueira	(Suplente) VEREDAS	Ausente	